

<https://doi.org/10.20396/rbest.v2i..14826>

DOSSIÊ: DESIGUALDADE

Diretrizes para uma abordagem inovadora da desigualdade no Sul Global

*Edward Webster**

*Imraan Valodia***

*David Francis****

Resumo

Este artigo apresenta as diretrizes de uma abordagem da desigualdade que seja apropriada para países do Sul Global do ponto de vista conceitual, metodológico e empírico. Buscamos inicialmente criticar os enfoques convencionais e, em seguida, apresentamos estudos que contribuem para entender as causas multidimensionais da desigualdade nesses países, em especial na África do Sul. Nossa intenção é contribuir para a construção de uma agenda de pesquisa inovadora, que seja interdisciplinar, historicamente embasada e centrada nas relações de poder. Além disso, tal abordagem deve buscar combinar a explicação no campo teórico (ressaltando elementos estruturais e institucionais) com a análise comparada de trajetórias nacionais (identificando semelhanças e divergências) e com a discussão substantiva das políticas públicas destinadas a superar os problemas diagnosticados (examinando seus principais resultados imediatos).

Palavras-chave: Desigualdade social; Discriminação racial; África do Sul.

JEL: D31, D60, I32, J71.

* University of the Witwatersrand, South Africa.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2540-3052>

E-mail: Edward.Webster@wits.ac.za

** University of the Witwatersrand, South Africa.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5607-6595>

E-mail: Imraan.Valodia@wits.ac.za

*** University of the Witwatersrand, South Africa.

Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-1494-9308>

E-mail: david.francis@wits.ac.za



Nota do Editor: Este artigo foi traduzido por Jacqueline A. Souen e revisado por Hugo R. Dias.

Guidelines for an innovative approach to inequality in the Global South

Abstract

This article presents the guidelines for an approach to inequality that is appropriate for Global South countries from a conceptual, methodological and empirical point of view. It seeks to criticise conventional approaches and then present studies that contribute to understanding the multidimensional causes of inequality in these countries are presented, especially in South Africa. The main purpose is to contribute to the construction of an innovative research agenda, which is interdisciplinary, historically based and centred on power relations. In addition, such an approach should seek to combine explanation in the theoretical field (highlighting structural and institutional elements) with the comparative analysis of national trajectories (identifying similarities and divergences) and substantive discussion of public policies aimed at overcoming the diagnosed problems (examining their main immediate results).

Keywords: Social inequality; Racial discrimination; South Africa.

Directrices para un abordaje innovador de la desigualdad en el Sur Global

Resumen

Este artículo presenta algunas directrices para un abordaje de la desigualdad apropiado para los países del Sur Global desde un punto de vista conceptual, metodológico y empírico. Inicialmente buscamos criticar los enfoques convencionales y, luego, presentamos estudios que contribuyan a comprender las causas multidimensionales de la desigualdad en estos países, especialmente en África del Sur. Nuestra intención es contribuir a la construcción de una agenda de investigación innovadora, que sea interdisciplinaria, históricamente basada y centrada en las relaciones de poder. Además, dicho enfoque debe buscar combinar la explicación en el campo teórico (destacando elementos estructurales e institucionales) con el análisis comparativo de trayectorias nacionales (identificando similitudes y divergencias) y con la discusión sustantiva de políticas públicas orientadas a la superación de los problemas diagnosticados (examinando sus principales resultados inmediatos).

Palabras clave: Desigualdad social; Discriminación racial; África del Sur.

Lignes directrices pour une approche innovante des inégalités dans les pays du Sud

Résumé

Cet article présente les lignes directrices pour une approche de l'inégalité pour les pays du Sud d'un point de vue conceptuel, méthodologique et empirique. Nous cherchons dans un premier temps à critiquer les approches conventionnelles puis nous présentons des études qui contribuent à la compréhension des causes multidimensionnelles des inégalités dans ces pays, notamment en Afrique du Sud. Notre intention est de contribuer à la construction d'un agenda de recherche innovant, interdisciplinaire, historiquement fondée et centrée sur les relations de pouvoir. En outre, une telle approche devrait chercher à combiner l'explication dans le domaine théorique (mise en évidence des éléments structurels et institutionnels) avec l'analyse comparative des trajectoires nationales (identifier les similitudes et les divergences) et avec la discussion de fond des politiques publiques visant à surmonter les problèmes diagnostiqués (examiner leurs principaux résultats immédiats).

Mots clés: Inégalité sociale; Discrimination raciale; Afrique du Sud.

Introdução

Na Universidade de Witwatersrand (Wits), sediada em Joanesburgo, embarcamos, com múltiplos parceiros de diversas nacionalidades, num projeto de pesquisa e de elaboração de políticas públicas com foco (i) na compreensão da desigualdade a partir de uma abordagem heterodoxa e (ii) na construção de uma rede de pesquisa colaborativa para fortalecer e sustentar estudos que adotem a perspectiva do Sul Global. Nossa premissa inicial é que, embora as soluções técnicas para abordar a desigualdade sejam muito importantes, por si só não serão politicamente viáveis na África do Sul, se não forem claramente compreendidas e enfrentadas as forças sociais, econômicas e políticas responsáveis pelos altos níveis de desigualdade.

Embora a desigualdade seja um problema mundial, nosso interesse reside principalmente no Sul Global, onde assume formas particulares. Fundamentalmente, o aumento das desigualdades entre e dentro dos países está associado à persistência da pobreza. O Sul Global está se destacando, entre outros aspectos, na aplicação dos direitos socioeconômicos e da lei para acelerar mudanças sociais. Estudar a desigualdade na África do Sul nos permite iniciar um diálogo sobre a desigualdade em outros contextos, entendendo que há especificidades que diferenciam países africanos, árabes, latino-americanos e asiáticos.

O objetivo de nossos estudos é desenvolver uma compreensão abrangente e amplamente compartilhada de como a desigualdade é produzida e reproduzida na África do Sul e em países comparáveis no Sul Global, e identificar as fontes de poder que podem mobilizar recursos e estimular ações destinadas a superar essa desigualdade.

A África do Sul é uma espécie de paradoxo. Apesar de haver um poderoso movimento democrático interno que impulsionou a resistência à desigualdade sob o *apartheid*, bem como uma legislação progressiva e uma Constituição que prioriza a promoção dos direitos sociais e econômicos, a desigualdade econômica no período pós-*apartheid* se aprofundou.¹ Mas, se ampliarmos a definição de desigualdade para além da desigualdade de recursos (renda e bens) para incluir o que Goran Therborn chama de “desigualdade existencial”,² então, enormes avanços igualitários foram obtidos quanto às relações de raça e de gênero, assim como nas

¹ A capa de 13 de maio de 2019 da edição internacional da revista *Time* qualifica a África do Sul como “o país mais desigual do mundo”. O fotógrafo usou, de forma bem sucedida, um método de visualização da desigualdade usando um drone para capturar imagens aéreas, mostrando como ricos e pobres podem habitar espaços contíguos, mas tão diferentes. Na verdade, é bastante incomum na África do Sul essa proximidade entre a riqueza de condomínios e a pobreza das favelas, porque os planejadores do *apartheid* pré-1994 e os planejadores da segregação social pós-1994 impuseram sistematicamente vários tipos de zonas de contenção.

² “Desigualdade existencial” se refere à distribuição desigual das condições de construção da personalidade, em especial, em termos de liberdade, dignidade, respeito, autonomia e capacidade de autodesenvolvimento (Therborn, 2013, p. 49).

relações entre colonizadores e povos nativos (Therborn, 2013, p. 137). Ter de aceitar que o negro tem sua própria história, ou que pessoas de mesmo sexo podem se casar legalmente, pode ser culturalmente ofensivo para alguns, mas como essa mudança cultural foi dissociada da desigualdade na distribuição de renda e de patrimônio, as elites dominantes consideram que tais avanços foram obtidos como “dádivas sem custos” (Therborn, 2013, p. 145). De fato, ele acredita que, globalmente, o igualitarismo existencial é a grande “história de sucesso” do último quarto de século, que começou em 1945 com a derrota da Alemanha nazista, do Japão militarista e da Itália fascista (Therborn, 2013, p. 137). Isso preparou o palco para a Declaração dos Direitos Humanos das Nações Unidas, adotada em dezembro de 1948, e para as vitórias no campo dos direitos humanos que se seguiram: a descolonização na África, América Latina e Ásia, a derrota do racismo institucionalizado nos Estados Unidos (na África do Sul, isso demorou muito mais) e o avanço dos direitos das mulheres na década de 1970.

Manoranjan Mohanty (2018, p. 2), embora menos otimista do que Therborn, argumenta na mesma direção. Embora todas as constituições afirmem o direito à igualdade perante a lei para todos os cidadãos, a tendência proeminente nas últimas décadas tem sido o aumento da desigualdade social e econômica (dentro e entre países e regiões). Por exemplo, a desigualdade de rendimentos em países como o Estados Unidos, Índia e China continuou a aumentar, com leves flutuações ocasionais. Por outro lado, ao contrário de Therborn, Mohanty (2018, p. 3) enfatiza a persistência da desigualdade existencial. Para ele, persiste a discriminação com base na casta na Índia, raça nos Estados Unidos e África do Sul, etnia na China e em muitos outros países, assim como a discriminação de gênero em todos os países, embora as leis as proibam.

Quer se adote a visão otimista de Therborn da emergência de um movimento igualitário bem-sucedido ou a visão mais cética de Mohanty, ambos abordam a desigualdade a partir de uma perspectiva multidimensional. A desigualdade não se resume à distribuição de renda ou ao saldo bancário das pessoas. É uma questão que implica na violação da dignidade humana, a negação da possibilidade de desenvolvimento das capacidades dos membros da sociedade (Therborn, 2013, p. 10).

Ao enquadrar este debate, começamos com a suposição de que a desigualdade é uma relação de poder. Não se trata apenas de diferenças entre indivíduos, grupos, regiões ou países. As diferenças são dadas ou escolhidas, enquanto as desigualdades são socialmente construídas (Therborn, 2013, p. 38). Desigualdade diz respeito às condições que permitem que certos grupos dominem outros (Mohanty, 2018, p. 6).

Neste artigo, sintetizamos os esforços que estão sendo realizados no âmbito de nossa rede de pesquisadores para a construção de uma abordagem inovadora sobre a desigualdade a partir da perspectiva do Sul Global (Webster, Valodia, & Francis, 2020).

O termo Sul Global refere-se principalmente aos países da Ásia, África e América Latina, mesmo embora, geograficamente, muitos deles estejam localizados ao norte do equador. Existem três características comuns em nossa compreensão do termo Sul Global (Mohanty, 2018). Em primeiro lugar, esses países são principalmente ex-colônias ou semicolônias que estão empenhados em consolidar a sua independência. Em segundo lugar, suas condições econômicas permanecem subdesenvolvidas em comparação com as das antigas potências coloniais ou países desenvolvidos da Europa e América do Norte. Terceiro, eles estão atualmente interessados em transformar a ordem global desigual, na qual o Norte Global desfruta de maior poder político, econômico, tecnológico e cultural do que o Sul Global e, por isso, continua definindo as regras da governança global (Mohanty, 2018, p. 7).

No centro de nossa compreensão da desigualdade está, então, o reconhecimento da natureza desigual da ordem global. Nossa premissa é que a criação de novos conhecimentos relativos à desigualdade é em si mesmo determinada por padrões de desigualdade em pesquisa e criação de conhecimento – isto é, o padrão centro-periferia parece se repetir na relação entre o Norte Global e o Sul Global. Compreender a realidade da desigualdade no Sul Global exige interrogar as desigualdades na ordem global.

1. Breves críticas aos estudos convencionais sobre a desigualdade

5

Na atual ordem global marcada por distribuição de poder muito desigual, segundo o nosso argumento, como padrão geral, são as instituições do Norte que definem a agenda de pesquisa, centralizam os recursos e estabelecem o quadro epistemológico para a produção de conhecimento, cabendo ao Sul uma posição subordinada. Isso foi mais pronunciado na disciplina de Antropologia, que emergiu da expansão colonial da Europa. O colonialismo estruturou a relação entre os antropólogos e a população estudada e teve um efeito sobre o modo como a disciplina se desenvolveu. Por exemplo, o papel de *outsider* imparcial, capaz de analisar objetivamente o seu objeto de estudo, afirma Diane Lewis (1973, p. 581), pode ser visto como uma manifestação acadêmica de colonialismo ou exploração intelectual.

Esta abordagem de pesquisa e investigação é problemática por várias razões, uma vez que invalida qualquer protagonismo do Sul na definição da agenda intelectual e política para o estudo da desigualdade. É uma forma de imperialismo epistemológico.³ No que diz

³ O domínio da produção de conhecimento do Norte não significa que os pesquisadores no Sul Global sejam impotentes para definir agendas distintas e gerar conhecimento local. Estudo recente de Collyer *et al.* (2019) sobre três domínios de conhecimento – HIV/AIDS, mudanças climáticas e estudos de gênero na África do Sul, Brasil e Austrália – mostra como foram formadas significativas comunidades de pesquisadores de elevada qualidade no Sul nos três domínios. Esses pesquisadores representam substancial capacidade regional para o desenvolvimento de conhecimento coletivo. Eles também criam um potencial para lidar com a economia global do conhecimento a partir de uma posição de força (Collyer *et al.*, 2019, p. 172).

respeito ao conteúdo da pesquisa e do conhecimento produzido, também subsistem preocupações importantes. Esta abordagem assume, em certa medida, um universalismo nas causas da desigualdade, e as origens desse universalismo estão localizadas diretamente no Norte Global. Embora isso possa ser verdade até certo ponto, é uma suposição muito forte que pode comprometer a agenda de pesquisa. É particularmente perigosa porque, embora a desigualdade possa parecer similar no Norte e no Sul, nossa hipótese é que a reprodução da desigualdade no Sul é determinada por fatores que são bastante diferentes – certamente, tais especificidades devem ser consideradas – e, claro, é moldada pela forma como o Sul se articula com o Norte. Para dar um exemplo, a reprodução da desigualdade no Sul é certamente determinada pelo processo histórico do colonialismo, que deixou um legado muito diferente no Sul Global em comparação com o Norte.

De uma perspectiva epistemológica, devemos perguntar: por que os estudos sobre a desigualdade têm proliferado nos últimos anos? Mais importante ainda, por que eles têm sido conduzidos sobretudo por instituições acadêmicas do Norte (onde a desigualdade é um problema crescente, mas onde a sua escala é significativamente menor do que em muitos países do Sul)? No Norte, a desigualdade atraiu atenção porque representa uma ameaça à estabilidade do Estado de bem-estar. A ascensão de um movimento político conservador contrário à hegemonia neoliberal no Norte tem exigido uma reflexão introspectiva sobre o papel da desigualdade no solapamento da estabilidade social e democrática. Não podemos assumir que as principais preocupações sobre a desigualdade no Sul têm sua base no mesmo conjunto de problemas. Na verdade, pode-se argumentar que os métodos de acumulação de poder e riqueza usados no Norte (que continuaram baseados em dominação e exploração mesmo no período pós-colonial) são, em grande parte, responsáveis pela reprodução da dependência e da elevada desigualdade no Sul (Frank, 1966).

As instituições do Norte com foco na desigualdade desenvolveram um *know-how* técnico formidável na medição e quantificação da desigualdade. Este esforço resultou numa literatura impressionante sobre medidas inovadoras e comparáveis da desigualdade em todo o mundo. O desenvolvimento de estatísticas comparáveis, entretanto, levou à adoção de métodos similares para mensurar os fenômenos e para identificar suas causas principais. Afirmamos que existe uma suposição amplamente inquestionada que fundamenta os estudos de desigualdade: como as formas de desigualdade são quantificáveis e comparáveis, presume-se que sejam produto de causas universais. Em *The Spirit Level*, Richard Wilkinson e Kate Pickett (2009), que são epidemiologistas, argumentam que sociedades mais igualitárias são quase sempre mais bem sucedidas do que as mais desiguais. Essencialmente, eles afirmam que a desigualdade é a causa raiz de muitos desafios sociais, incluindo doenças, violência e crime. Eles argumentam – é importante ressaltar – que a desigualdade prejudica a sociedade

como um todo, não apenas os mais pobres. Por isso, a desigualdade, por si só, constitui um problema grave. Mas, este argumento contém um viés do Norte: em grande parte do Sul, a desigualdade é reproduzida junto com altos níveis de pobreza, e ambos são frequentemente motivados pelas mesmas forças. Em muitos países do Norte, em contraste, como a pobreza foi amplamente eliminada (até recentemente), optou-se por um tratamento específico para a desigualdade, entendida como fenômeno distinto da pobreza.

Além disso, sugerimos que o campo dos estudos sobre a desigualdade tem dado insuficiente atenção à economia política. Existe um viés de quantificação no estudo da desigualdade de renda que ignora suas dimensões sociais, espaciais e talvez, o mais importante, suas dimensões políticas. Embora soluções técnicas para lidar com a desigualdade sejam muito importantes, não são viáveis a menos que as forças sociais e políticas que impulsionam altos níveis de desigualdade sejam claramente compreendidas e consideradas. Enfrentar a desigualdade requer uma compreensão do poder que vai além do controle de mercados, e busca entender como o poder se manifesta na estrutura, na exclusão institucional e na discriminação. De fato, o poder é produzido e reproduzido na interseção de raça, classe, gênero, sexualidade e outros aspectos da identidade. Obviamente, é claro que um problema semelhante surge quando se tenta gerar uma abordagem da desigualdade desde a perspectiva do Sul. Até que ponto são comparáveis os países do sul, e até que ponto é possível extrair generalizações significativas entre eles? É válido agrupar países como China e Namíbia sob a designação de Sul Global?

A esse respeito, é importante diferenciar entre uma abordagem inovadora para o estudo da desigualdade (que é o nosso interesse principal) e generalizações sobre a natureza da própria desigualdade.⁴ A literatura sobre a produção global de conhecimento é útil para fornecer um quadro de análise para a compreensão de como produzimos conhecimento sobre a desigualdade em particular. Keim (2017) sugere que a produção do conhecimento nas ciências sociais pode ser entendida por meio da persistência de uma relação centro-periferia com raízes históricas. A maioria das disciplinas científicas, incluindo as análises quantitativas que sustentam muitas pesquisas sobre desigualdade, estão concentradas em instituições acadêmicas especializadas que surgiram primeiro na Europa, depois na América do Norte, e continuaram se expandindo por todo o mundo, até certo ponto, por meio de relações pós-coloniais (Keim, 2017). Esta abordagem centro-periferia é delineada no Quadro 1.

⁴ Para um excelente exemplo de tentativa recente de desenvolver uma abordagem do Sul para a desigualdade, ver Gallas *et al.* (2016).

Quadro 1. As três dimensões da abordagem centro-periferia.

Dimensão	Centro	Periferia
Infraestrutura e organização interna	Desenvolvimento	Subdesenvolvimento
Condições de existência e reprodução	Autonomia	Dependência
Posição e reconhecimento internacional	Centralidade	Marginalidade

Fonte: Keim (2017, p. 2).

Nos estudos de desigualdade, a subordinação na produção do conhecimento se manifesta de várias maneiras, três das quais podem ser frisadas: concepção intelectual, financiamento e geografia. A relação centro-periferia na produção e difusão do conhecimento é altamente evidente em estudos de desigualdade. Existem centros de estudos de desigualdade localizados na London School of Economics, na Cornell University, na Stanford University e na Universidade de Amsterdã, entre outras. Embora esses institutos produzam, sem dúvida, trabalhos de alta qualidade no campo da desigualdade, o processo de produção de conhecimento é frequentemente caracterizado pela separação entre a concepção do projeto nestas instituições do Norte e a execução de estudos de caso realizada por pesquisadores subcontratados no Sul, os quais geralmente têm pouca ou nenhuma influência na concepção do projeto, nos objetivos da pesquisa ou na alocação do financiamento. Em segundo lugar, e no mesmo sentido, o financiamento tem origem no Norte, muitas vezes de grandes fundações filantrópicas ou governos de países ricos, e é concedido preferencialmente às instituições do Norte. Um exemplo atual disso é o programa *Atlantic Fellows*, baseado na London School of Economics e financiado pela Atlantic Philanthropies.

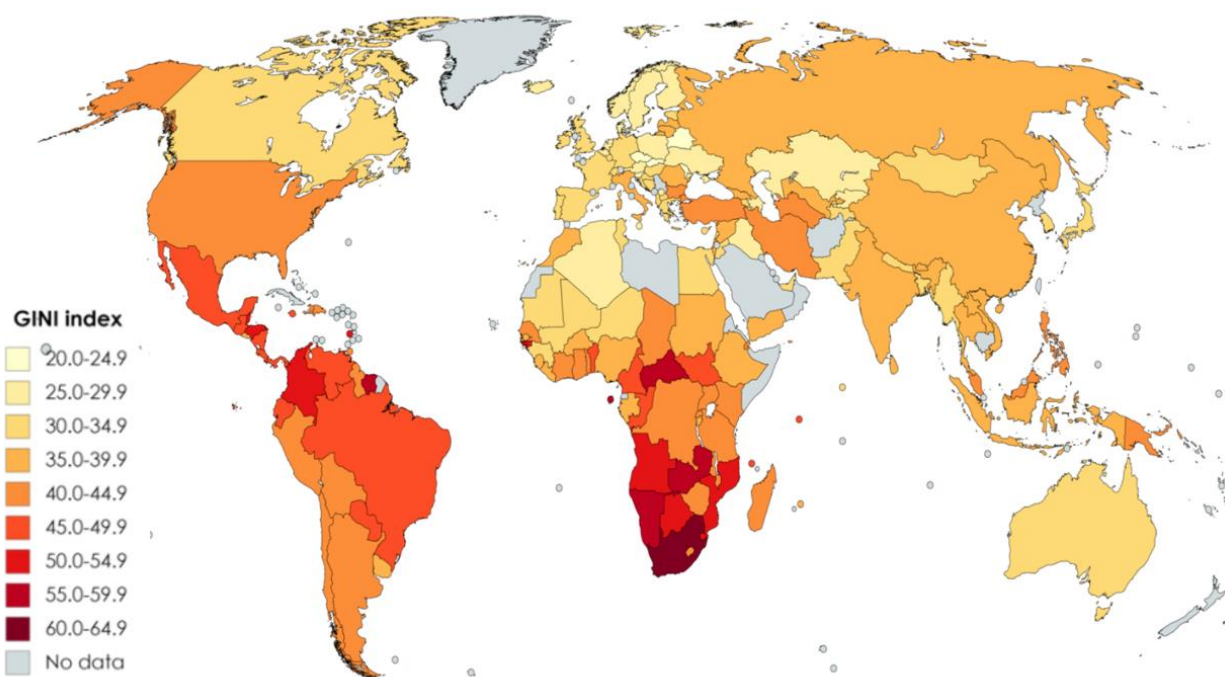
Finalmente, a geografia da produção do conhecimento nos estudos da desigualdade é problemática. Dada a localização predominante dos centros de pesquisa sobre a desigualdade no Norte, conferências e eventos relacionados tendem a ser localizados em cidades do Norte. Embora algum esforço seja frequentemente feito para trazer estudiosos do Sul, é difícil desenvolver estudos de desigualdade que sejam para o Sul e no Sul quando a posição física das interações intelectuais está tão firmemente localizada no Norte.⁵ Paulin Hountondji sugere que esses fatores conduzem à “extroversão” – isto é, a produção no Sul Global não é orientada para a sociedade local, mas sim para um público estrangeiro, para o olhar do Atlântico Norte (Keim, 2017, p. 14). O público do Atlântico Norte, ele sugere, está

⁵ A atração do Norte está profundamente enraizada nas universidades do Sul. Estávamos ansiosos para publicar os resultados de um ótimo projeto de pesquisa que apoiamos em uma edição especial sobre desigualdade de uma revista nacional bem citada, quando recebemos a resposta informando que decidiram não submeter o artigo para a edição especial, pois preferiam tentar uma revista internacional com “maior fator de impacto”.

mais interessado em estudos de caso em sociedades distantes que alimentam o trabalho de teorização no Norte.

O Norte e o Sul globais são diferentes em três aspectos importantes. O primeiro é a magnitude da desigualdade. Em segundo lugar, existem diferenças importantes no que se refere à política. Terceiro, existem diferenças fundamentais na capacidade e configuração do Estado. A obtenção de dados confiáveis e comparáveis sobre a desigualdade foi problemática no passado, mas tem havido grande progresso nos últimos anos, tanto pelo Banco Mundial quanto pelo Relatório de Desigualdade Mundial. Esses dados são importantes porque nos permitem comparar desigualdade de renda entre países ao redor do mundo. Para entender o retrato global da desigualdade de renda (como uma *proxy* para a desigualdade de forma mais ampla), usamos os coeficientes de Gini do Banco Mundial (média para os anos 2014, 2015 e 2016) para agrupar e hierarquizar os países. As evidências são irrefutáveis. Dos trinta países com maior desigualdade de renda, vinte e oito estão no Sul Global, enquanto apenas dois (Irã e Estados Unidos da América) estão no Norte Global (Mapa 1).

Mapa 1. Coeficiente de Gini por país, 2014-2016.



Fonte: World Bank Open Data.

Obviamente, a desigualdade de renda é apenas uma medida da desigualdade, mas indica que as realidades da desigualdade no Sul Global são muito diferentes das encontradas no Norte. Existem algumas dinâmicas interessantes. Em muitas partes do Sul Global, a desigualdade de renda permaneceu estável, mas em níveis muito elevados, enquanto países do Norte Global assistiram rápidos aumentos na desigualdade de renda (Alvaredo *et al.*, 2018). Como resultado, as dimensões políticas da desigualdade também são diferentes. Em países do Norte, os estudos de desigualdade estão em alta por conta da exclusão decorrente da ideologia da direita radical e do rápido aumento da desigualdade. Este não é o caso no Sul Global, onde a ascensão política da extrema direita é impulsionada, pelo menos em parte, por outros fatores. No Brasil, por exemplo, a ascensão da extrema direita é uma resposta às políticas redistributivas do presidente Lula (Anderson, 2019). Por sua vez, a ascensão de Modi na Índia (em menor grau) é uma reação às políticas de bem-estar, como a Lei Nacional de Garantia de Emprego Rural (NREGA). Embora seja arriscado fazer generalizações sobre o Sul Global, pode-se argumentar que o ressurgimento da direita radical é uma reação às políticas de redistribuição. No Norte, a preocupação é com a preservação do Estado de bem-estar; no Sul não existe, na maioria dos casos, instituições fortes de bem-estar para salvaguardar. Em vez disso, a experimentação com programas sociais, como o Bolsa Família no Brasil e a NREGA na Índia, que tiveram impactos significativos sobre a desigualdade, estão sendo minados. Finalmente, há a questão das soluções propostas para reduzir a desigualdade. Os países do Norte têm elevada carga tributária (com altas alíquotas de imposto de renda), sistemas de proteção social eficazes e serviços públicos de qualidade. Isso é menos verdadeiro nos países em desenvolvimento. Assim, temos de abordar com mais urgência o padrão de crescimento que está gerando desigualdades, em vez de depender de intervenções paliativas por meio do sistema de assistência social.

10

2. Lições de estudos da desigualdade na África do Sul e no Sul Global

Nesta e na próxima seção, fazemos uma breve síntese de estudos relevantes sobre a desigualdade na África do Sul e no Sul Global, inclusive aqueles apresentados no nosso livro recém publicado (Webster, Valodia, & Francis, 2020), destacando primeiro as principais lições aprendidas e, em seguida, as proposições que contribuem para avançar na construção de uma abordagem inovadora.

Inicialmente, como argumenta Dilip Menon (2020), é necessário compreender que teorias produzidas em outros lugares (ou seja, teorias do Norte) têm pouco poder explicativo, a menos que se relacionem com as formas locais de ver e viver no mundo.

A segunda lição para extrair de estudos da desigualdade na África do Sul e no Sul Global é a necessidade de uma perspectiva histórica. Isso é demonstrado por Vishnu Padayachee (2020) traçando as mudanças nas políticas macroeconômicas no Sul Global, da Segunda Guerra Mundial até o presente, e o impacto de tais políticas na trajetória da desigualdade. A atual distribuição de riqueza e renda na África do Sul tem raízes históricas antigas, conforme detalhado na contribuição seminal sobre a desigualdade sul-africana por Sampie Terreblanche (2002) e em seu testemunho para a Comissão de Verdade e Reconciliação da África do Sul (TRC), que explicou como o processo de acumulação por expropriação no país consolidou a reprodução da desigualdade (Truth and Reconciliation Commission, 1998). Vários estudos econométricos evidenciaram que a desigualdade de renda permaneceu constante (um coeficiente de Gini em torno de 0,66) desde o fim do *apartheid* (Finn, 2015; Hundenborn, Leibbrandt, & Woolard, 2018). Escrevendo no início do 1990, Wilson e Ramphele (1994) descobriram que a África do Sul tinha o maior coeficiente de Gini (0,66) entre todos os 57 países para os quais havia dados naquele momento. Os dados mais recentes do Banco Mundial mostram que a África do Sul continua com a maior desigualdade de renda do mundo (0,63 em 2015) entre os 149 países para os quais existem informações (World Bank, 2018).

A terceira lição é que a desigualdade na África do Sul é mantida por várias forças estruturais que não podem ser entendidas isoladamente das estruturas de poder econômico e social que estavam entrincheiradas sob o *apartheid*, muitas das quais persistem até hoje. Em seu depoimento perante a Comissão de Verdade e Reconciliação em 1997, Sampie Terreblanche (1997) argumentou que o *apartheid* e o sistema capitalista da África do Sul se reforçavam mutuamente.⁶ Isso vai contra a interpretação de Lipton (1986), entre outros, de que o capitalismo e o regime de *apartheid* foram mutuamente autodestrutivos. O sistema capitalista na África do Sul contemporânea continua a reproduzir a desigualdade em todas as áreas da vida social e econômica, apesar do fim do *apartheid* (Francis & Webster, 2019). Reforçando essa proposição, Sumayya Goga, Pamela Mondliwa e Simon Roberts (2020) examinam o papel que o poder tem na moldagem da desigualdade, com foco particular no poder de mercado, concentração econômica e regulação.

Outra descoberta surpreendente da literatura sobre desigualdade na África do Sul é que a desigualdade não é um fenômeno apenas entre grupos raciais, apesar da persistência do legado do *apartheid*. Em 2008, a desigualdade dentro dos grupos raciais era maior do que a desigualdade entre grupos raciais, e a tendência é que a desigualdade dentro

⁶ A pesquisa de Terreblanche está enraizada em um debate animado no início da década de 1970, liderado pelos chamados revisionistas, sugerindo que o desenvolvimento capitalista estava reforçando a supremacia branca (Johnstone, 1970).

do grupo se torne o fator preponderante para explicar a desigualdade em geral. Em 1993, a desigualdade dentro dos grupos raciais representava 48% da desigualdade geral; em 2008, essa participação havia aumentado para 62% (Leibbrandt, Finn, & Woolard, 2012). É altamente significativo que a desigualdade inter-racial tenha diminuído acentuadamente. Isso aponta para a necessidade de introduzir uma abordagem de classe para compreender a desigualdade, não como uma alternativa à desigualdade baseada na raça, mas a fim de mostrar como raça e classe se cruzam. Além disso, existem também importantes dimensões de gênero na pobreza e a desigualdade. Ao longo dos últimos 30 anos, houve um aumento significativo na participação feminina na força de trabalho (Casale, 2003), que tem sido acompanhado pelo aumento do desemprego feminino (Casale & Posel, 2002; Casale, 2004) e por persistentes desigualdades de gênero na remuneração mensal (Posel, 2014). Mulheres negras continuam carregando o fardo de trabalho mal remunerado. Em 2015, havia 1,1 milhão de trabalhadores domésticos na África do Sul, dos quais 887 mil eram mulheres, que ganhavam menos do que o salário mínimo (3.500 *rands* por mês). Em serviços comunitários, havia 1,2 milhão de trabalhadores, dos quais aproximadamente 800 mil eram mulheres, com remuneração inferior ao salário mínimo (Valodia & Francis, 2016, November 28). Além disso, é importante considerar as implicações das diferenças de gênero na estrutura ocupacional para a formação de classes sociais, particularmente o trabalho doméstico e o de cuidadores (Lund, 2010). Esta intersecção de mercado de trabalho, gênero e desigualdade é enfatizada por Hibist Kassa (2020), que analisa a pequena produção agrícola e a mineração em pequena escala em Gana e na África do Sul.

Uma tentativa recente de demonstrar esta intersecção foi realizada por Boike Rehbein (2018).⁷ O artigo examina a reprodução da desigualdade social na África do Sul usando o conceito de *habitus*.⁸ Rehbein argumenta que a incorporação de práticas e formas de pensar leva à reprodução das estruturas sociais nas quais essas características são adquiridas, mesmo através das gerações. Ele argumenta que, no que diz respeito à África do Sul, pode-se observar que as estruturas desenvolvidas antes e sob o *apartheid* continuaram a persistir, em alguma medida, nas últimas décadas, tanto como elementos do *habitus* das pessoas, quanto como fundamentos de classes sociais que têm emergido na sociedade sul-africana. Ele identifica cinco classes sociais (dominante, estabelecida, média, lutadora e

⁷ Rehbein explora uma questão semelhante usando o conceito de *habitus* de Bourdieu, mas dá primazia para a classe. Ele afirma que, embora a classe social se torne mais importante do que a raça, a cor da pele ainda é importante na África do Sul porque está associada a um *habitus* e é avaliada por um *habitus* moldado sob o *Apartheid*. O “pensamento racial” não desaparece da noite para o dia e uma mudança no *habitus* leva gerações para se efetivar (Rehbein, 2018, p. 12).

⁸ O conceito de *habitus* de Bourdieu (1977) postula que se tem a tendência de agir da maneira que é ensinada em cada campo de interações sociais, como a escola, a igreja, o esporte e o trabalho. Se uma forma de comportamento é repetida muitas vezes, tende a se tornar um padrão estável.

marginalizada) e sete tipos de *habitus*, os quais podem ser rastreados até as hierarquias sociais do *apartheid* (Rehbein, 2018, p. 1).

Na África do Sul, a atual classe marginalizada é amplamente composta pelos descendentes de famílias rurais pobres, que não acumularam capital cultural nem econômico de qualquer valor, e estavam sujeitos a várias formas de expropriação (Rehbein, 2018). No mesmo sentido, ao examinar a economia política rural em Gana e na África do Sul, Akua Britwum e Ben Scully (2020) mostram como essa expropriação de terras moldou a desigualdade nesses dois países de maneiras diferentes.

O estudo inovador de Rehbein (2018) esclarece que não houve um declínio significativo da questão de raça, e que a distribuição de poder se reproduz na interseção de raça, classe, gênero, sexualidade e outros aspectos da identidade. Um exemplo pode ser encontrado nos protestos de estudantes universitários na África do Sul que, nos últimos quatro anos, centraram a atenção na extensão da desigualdade verificada no acesso ao ensino superior (e na oferta de vagas) e nas ligações entre privilégio histórico e as desigualdades na distribuição da riqueza e da renda (conforme argumentado por Allais, 2017). Mas, a desigualdade e iniquidade na esfera da educação no país permeiam todos os níveis do sistema educacional, desde a educação básica até a formação profissional e o ensino superior. A África do Sul tem, por algumas medidas, os maiores lucros privados para a educação superior no mundo (Bhorat, Cassim, & Tseng, 2016; Langa *et al.*, 2017). Além disso, há evidências de que a educação superior exclui amplamente os pobres e os muito pobres: mais de 80% dos alunos que se matriculam para estudar num curso de graduação vêm dos dois primeiros decis de renda (Allais, 2017). Conforme argumentado por Stephanie Allais (2020), há uma contradição crescente entre a capacidade de educação e dos sistemas de treinamento para produzir o conhecimento substantivo e as habilidades necessárias nos locais de trabalho e na sociedade, de um lado, e as formas como as credenciais são usadas nos mercados de trabalho, de outro. Isso acarreta implicações importantes para a reprodução da desigualdade.

Os pesquisadores que investigam a pobreza e a desigualdade na África do Sul por muitos anos tiveram acesso a dados excelentes sobre pobreza e sobre desigualdade de renda. Comparar a desigualdade entre países, no entanto, permanece um desafio. Na análise comparativa da desigualdade, James Galbraith e Jaehee Choi (2020) sugerem que a desigualdade deve ser analisada como uma variável macroeconômica, associada às políticas financeiras globais, e especificamente à emergência e declínio dos regimes de política pública neoliberal à escala global. Indo além da desigualdade de renda, há poucas análises sobre a extensão e dinâmica da desigualdade de riqueza – um campo de estudo que tem atraído cada vez mais atenção desde a contribuição seminal sobre a desigualdade de riqueza de Thomas Piketty (2014). Um recente e excelente artigo de Fintel e Orthofer (2020) é a primeira

investigação significativa sobre a desigualdade de riqueza na África do Sul. O autor usou dados não publicados sobre o imposto de renda pessoal do South African Revenue Service (SARS) para o ano fiscal de 2010-2011. Seus resultados são impressionantes e ressaltam a importância de incluir uma análise da distribuição da riqueza em qualquer estudo de desigualdade. Tal investigação demonstrou que embora o 1% mais rico da população se apropria de algo entre 16% e 17% de toda a renda, os 10% mais ricos se apropriam de 56% a 58%. Olhando para a distribuição do patrimônio (riqueza), no entanto, os 10% mais ricos possuem, aproximadamente, 95% do total de ativos, enquanto 80% da população não possuem patrimônio registrado (Fintel & Orthofer, 2020). Essas descobertas impressionantes mostram que o país fez pouco progresso na abordagem da desigualdade de riqueza. Aliás, a concentração da riqueza aumentou, uma vez que, em 1970, os 20% mais ricos da população possuíam 75% de toda a riqueza (Wilson & Ramphele, 1994). Há um crescente entendimento de que a desigualdade de riqueza, em todo o mundo (não só na África do Sul), é significativamente maior do que a desigualdade de renda. Mas, há muito mais trabalho a ser feito para entender a dinâmica de desigualdade de riqueza no Sul Global (entendendo que há trajetórias nacionais muito diferentes do que se apresenta na África do Sul).

A persistente desigualdade rural, que é uma característica frequente no Sul Global, está ligada ao poder das autoridades tradicionais. Um dos impasses na África do Sul pós-*apartheid* decorre do endosso do ANC (principal partido político sul-africano pós-*apartheid*) aos governantes tradicionais do Bantustão, dada a cumplicidade destes com a administração do *apartheid*. Esses chefes e autoridades tribais são autoritários, profundamente antidemocráticos e frequentemente corruptos, mas sobreviveram no período pós-*apartheid*. A resposta de Ntsebeza (2005) é que tem sido politicamente conveniente para o ANC fortalecer as autoridades tradicionais. Na verdade, como Gibbs (2014, p. 53) sugere, essas áreas rurais densamente povoadas tornaram-se uma parte dominante da base de apoio do partido. Além disso, Delius (2019, April 25) argumenta que também existe uma ligação entre a economia extrativa e as autoridades tradicionais, de forma que o apoio às últimas promove agilidade na mineração, e isso explica a persistência do apoio para essas autoridades. Claassens (2019), por outro lado, vê a consolidação das autoridades tradicionais como parte de um processo de formação de classe, baseando-se em Mamdani's (1996), que examina a antinomia entre "súdito" e "cidadão" como parte central do legado do domínio colonial.

Outra área de pesquisa em estudos sobre a desigualdade na África do Sul pós-*apartheid* remete ao papel da Constituição no combate à desigualdade. Advogados constitucionais, como Cathi Albertyn (2019), não veem a Constituição como um projeto, mas sim como um documento capacitador que é passível de diversas interpretações, dentro de um espectro de ideias que vai da social-democracia até o socialismo democrático. A sua leitura

da jurisprudência e da política pública é que estas geralmente refletem um contestado igualitarismo liberal ou social-democrata, em vez de um estreito consenso neoliberal democrático, mas que a Constituição poderia permitir interpretações social-democratas mais radicais (ou baseadas no socialismo democrático), que não impediriam medidas mais radicais de política redistributiva (Albertyn, 2019). Para ela, embora as razões das falhas em abordar as profundas desigualdades estruturais, sociais e econômicas do passado possam ser atribuídas a uma variedade de causas que aparentemente não são relacionadas à ordem constitucional, não se pode perder de vista o papel simbólico da Constituição. Justamente por simbolizar um “novo começo”, que define uma nova comunidade política e oferece a promessa de mudança transformadora substantiva, corre o risco de perder a sua legitimidade quando esta promessa não se cumpre. Evidentemente, a solução para isso não está no texto constitucional, mas na política (Albertyn, 2019).

3. Diretrizes de uma abordagem apropriada para o Sul Global

Entender a persistência da desigualdade na África do Sul exige compreender a posição do país no Sul Global, e a posição do Sul em relação ao Norte. A pergunta que fazemos é a seguinte: como estudar a desigualdade no Sul de uma forma que seja nova, significativa, comparável e útil? Propomos adotar a distinção traçada por Burawoy (2010) entre um estudo da desigualdade localizada no Sul que seja pertencente ao Sul e um que seja concebido para o Sul. Como argumentado por Webster (2014) e Burawoy (2010), o que é válido para a Sociologia aplica-se também aos estudos de desigualdade: a maioria dos estudos dominados pelo Norte pretendem ser universais, mas se trata de um “falso universal”. Podemos dizer que a teoria produzida no Norte não se mostra confiável quando aplicada no Sul ou ganha significados muito diferentes (Webster, 2014, p. 153).

É importante notar que não estamos embarcando em um processo que seja totalmente novo. Na verdade, como Keim (2017) argumenta, quase não foi levada em conta a existência, nos países do Sul Global, de comunidades acadêmicas vibrantes e engajadas em torno de tópicos específicos, mais relevantes no contexto local, que funcionam apesar das restrições e estruturas de dominação do Atlântico Norte. A característica central do que ele chama de “correntes contra-hegemônicas” é a recusa frequente em participar da arena dominante – o que se manifesta menos por meio de discussão teórica e crítica explícita, e mais por meio de formas específicas de prática científica social coletiva. O conceito de corrente contra-hegemônica, portanto, refere-se ao surgimento de sociologias originais e autônomas na periferia (Keim, 2017, p. 21).

É importante notar que a abordagem teórica aqui considerada não é nova. Por exemplo, existe a escola subalterna na Índia liderada por Partha Chatterjee. Também há o trabalho de Frantz Fanon sobre a dominação colonial e teoria da descolonização. E, claro, existe a teoria da dependência originária da América Latina. Estamos, no entanto, embarcando num processo para aplicar esta teoria no campo dos estudos da desigualdade. Como, então, definimos o estudo de desigualdade que seja simultaneamente “do Sul” e “para o Sul”? Propomos quatro pilares que formam a base desta abordagem: teoria, história, interdisciplinaridade e a centralidade do conceito de poder. Vamos agora examinar cada um deles.

Como sugere Prathama Banerjee (2018, November 6), uma teoria apropriada para o Sul precisa começar pela rejeição da dependência intelectual e do uso de uma única tradição de análise, a da Europa Ocidental. Ela argumenta, no entanto, que a alternativa não é ficarmos presos apenas a tradições de pensamento regionais ou nativas. Em vez disso, devemos aprender a pensar com liberdade, integrando várias tradições do pensamento, de forma a conquistar maior independência teórica – o que não significa a exclusão do pensamento europeu, mas sim a inclusão também de outros (chinês, árabe, sânscrito etc.) (Banerjee, 2015, November 6). Essa abordagem se baseia na constatação de que a demarcação territorialmente limitada de diferentes tradições de pensamento tem raízes coloniais, uma vez que o sistema colonial reprimiu o que ela chama de “geografias interculturais de troca intelectual”. Na sua perspectiva, precisamos de uma posição firme contra o confinamento cultural do pensamento e a utilização de universalismos hegemônicos. Precisamos exercer o direito de teorizar e de reconstruir (ou refundar) o pensamento a partir de múltiplas fontes e recursos, cultivando a capacidade de tradução, adaptação e renovação. Devemos ser contemporâneos. Assumir uma visão de mundo contemporânea não implica apenas trazer o olhar para o presente, mas pensar em contiguidade temporal, sincronicamente, diferentes modos de pensar e viver, tanto os “modernos” quanto os “não modernos” (Banerjee, 2015, November 6).

Em segundo lugar, é vital que os estudos da desigualdade sejam ancorados no contexto histórico. A realidade histórica do Norte e a do Sul são muito diferentes. Conquistas coloniais e expropriação de terras são centrais para a reprodução da desigualdade contemporânea no Sul, de uma forma que não se aplica para o Norte (Terreblanche, 2002). Embora assuma uma forma particular na África do Sul (colonialismo de colonos), a sombra do colonialismo molda muitos países do Sul. O que vemos nesse país, em particular, é a persistência do regime de trabalho do *apartheid*, mesmo no pós-*apartheid*. Como Von Holdt (2003, p. 27) argumenta, o *apartheid* existia não apenas na segregação residencial e social da cidade, mas também na estrutura social e ocupacional (e no ambiente de trabalho) nas áreas industriais ou mais modernas. O regime de trabalho habilitou o exercício de autoridade

com base em relações raciais. A estrutura racial de poder foi caracterizada por insultos raciais e agressão racial. Este regime de trabalho específico do *apartheid* tinha profundas raízes históricas na evolução do regime de trabalho, das práticas de trabalho e das estruturas raciais de poder dentro do colonialismo, e foi sustentado pelas políticas educacionais e de mercado de trabalho do *apartheid*. Não havia mecanismos para a incorporação de trabalhadores negros no local de trabalho; pelo contrário, a mais ampla exclusão política e social de negros se deu por meio da exclusão e opressão no local de trabalho.

Em grande medida, isso ainda é verdade para a África do Sul (e, de forma análoga, os legados coloniais ainda moldam muitos países do Sul). É por esta razão que argumentamos contra o caráter universal (padronizado) dos estudos de desigualdade, que é justificado por uma suposição largamente não comprovada de que a desigualdade é produzida por fatores universais. Mas, se há diferenças materiais na produção e reprodução das desigualdades no Norte e no Sul, da mesma forma, existem diferenças na desigualdade entre os países do Sul. Compreender a natureza e a extensão dessas semelhanças e diferenças está no cerne da agenda de pesquisa em evolução que estamos apresentando. Por exemplo, no Brasil, o sociólogo Jesse Souza (2019, March 26) argumenta que o grande número de marginalizados nas cidades brasileiras não é o que Guy Standing (2014) chama de “precariado”, pois eles não são uma classe que está perdendo terreno e perdendo poder. Essas pessoas nunca foram incluídas. Ele explica que eram os filhos dos ex-escravos e os filhos dos trabalhadores pobres do campo, que foram para as grandes cidades e acabaram marginalizados, uma vez que tiveram muita dificuldade para entrar no mercado de trabalho competitivo. Ele argumenta que isso é muito diferente do “trabalhador útil” que se encontra excluído em países da Europa e da América do Norte. O trabalhador útil pode ser explorado porque incorporou conhecimento, sabe usar e operar máquinas. O que ocorre em um país como o Brasil é que muitas pessoas não possuem qualificação profissional e só conseguem empregos que não exigem conhecimento ou capital cultural (como a moça que cuida dos filhos e filhas de famílias da classe média, faz a comida, limpa suas casas, mas tem uma remuneração muito baixa). Em um país como o Brasil existe grande número de pessoas dispostas a fazer o que estiver ao seu alcance para ganhar um pequeno salário. Além de serem exploradas economicamente, essas pessoas também são desprezadas de forma muito objetiva (Souza, 2019, March 26).

Como dissemos, é preciso ancorar os estudos da desigualdade no contexto histórico. A história de países do Sul Global como Brasil e Índia apresenta trajetórias muito diferentes, mas também existem pontos em comum. O estudo realizado por Alexandre de Freitas Barbosa, Maria Cristina Cacciamali e Gerry Rodgers (2020) mostra que a desigualdade econômica tem raízes profundas na dinâmica das estruturas e instituições de cada sociedade, e no modo como elas se conectam com as forças econômicas internacionais. É importante

entender as diferenças na forma como a desigualdade se manifesta (o padrão distributivo) e na tendência de aumento ou redução da desigualdade num país e noutro. Ao comparar Brasil e Índia, dois países com altos níveis de desigualdade, mas com trajetórias diferentes ao longo do tempo, eles sugerem que tanto as diferenças como as semelhanças sejam entendidas a partir da identificação dos respectivos regimes de crescimento econômico, que compreendem uma variedade de relações econômicas e sociais. Nesse sentido, comparam os impactos sobre a desigualdade decorrentes de cinco formas institucionais: regime monetário/fiscal; legislação trabalhista e relações de emprego; regime de concorrência empresarial; tipo de integração na economia internacional; e o papel desempenhado pelo Estado. Além disso, no caso de países como a Índia e o Brasil, é necessário considerar uma característica institucional adicional: o sistema agrário.

Em terceiro lugar, propomos que os estudos da desigualdade devam ser interdisciplinares. Os estudos convencionais sobre a desigualdade têm sido dominados pela análise quantitativa: a mensuração e a classificação das diferenças (por meio de métodos cada vez mais sofisticados) se concentram amplamente na desigualdade monetária. No entanto, a desigualdade social se manifesta de várias maneiras e em várias esferas de sociabilidade ao longo da vida de um indivíduo. E é importante que os estudos da desigualdade transcendam as fronteiras acadêmicas tradicionais e incorporem pesquisas realizadas em diversas áreas do conhecimento, superando o foco estreito das ciências econômicas. O formato particular da hegemonia econômica nos estudos da desigualdade constituiu uma disciplina com forte viés do Norte, aceitando o pressuposto de que a desigualdade é um problema universal que requer habilidades técnicas específicas para ser superado. A razão pela qual defendemos estudos de desigualdade que sejam interdisciplinares relaciona-se com o fato de os contextos sociais e históricos serem cruciais e com o entendimento de que, para entendê-los, precisamos aproveitar as habilidades de disciplinas como sociologia, antropologia, ciência política, história, geografia e direito.

Por exemplo, em seu estudo sobre as infraestruturas da desigualdade urbana, Margot Rubin, Melanie Samson, Sian Açougueiro, Avril Joffe, Stefania Merlo, Laila Smith e Alex Wafer (2020) enfatizam o papel cada vez mais importante que o espaço urbano desempenha na produção e reprodução da desigualdade. Além disso, se quisermos que o estudo da desigualdade seja verdadeiramente transformador – isto é, contribua para reduzir a desigualdade, não apenas para entendê-la – precisamos visualizar a desigualdade em todas as suas dimensões.⁹ Conforme Nancy Fraser e Axel Honneth (2003) argumentam, existem

⁹ No campo de estudos sobre a pobreza existe uma aceitação crescente do conceito de pobreza multidimensional, mas isso ainda não foi adotado em estudos da desigualdade, onde o foco permanece, em grande medida, na desigualdade monetária.

reivindicações múltiplas e diferentes por aqueles afetados pela desigualdade que vão além da redistribuição apenas, e incluem o reconhecimento da diferença e da desvantagem. Nesse sentido, como enfatiza Radhika Balakrishnan (2020), nota-se um reconhecimento crescente da importância fundamental de um enquadramento dos direitos humanos na abordagem da desigualdade global, assim como tem havido maior atenção para as formas pelas quais as Diretrizes de Maastricht podem fornecer orientações importantes de políticas públicas.

Finalmente, propomos que o conceito de poder deve estar no cerne dos estudos da desigualdade, porque a desigualdade é principalmente uma relação de poder. Existem duas narrativas dominantes no discurso sobre a desigualdade na África do Sul. Um ponto de partida útil para o enquadramento de nossa pesquisa é a distinção entre elas. Por um lado, há aqueles que veem a desigualdade como uma função da distribuição de capacidades (Sen, 1993). A partir desta perspectiva, o desenvolvimento de capacidades, incentivos materiais e flexibilidade do mercado de trabalho são necessários, tanto no nível da empresa como no âmbito do setor de atividades, para desbloquear o potencial dinâmico da economia. Essa visão vê os trabalhadores como excessivamente protegidos e acredita que a redução da desigualdade requer uma reforma significativa do mercado de trabalho.

A narrativa alternativa da desigualdade na África do Sul argumenta que a distribuição do poder econômico no país (em vez da distribuição desigual de capacidades) é um fator causal latente que induz a reprodução da desigualdade (Mohanty, 2018). Esta perspectiva requer que a distribuição do poder econômico seja abordada explicitamente e necessita de uma estratégia mais ousada e mais integrada, que deve combinar políticas endereçadas ao crescimento inclusivo e à ampliação da proteção social, assim como repensar os mercados de trabalho e o futuro do trabalho numa escala suficiente para reconfigurar as deficiências estruturais na distribuição de poder. Mas, abordar a desigualdade requer uma compreensão de poder que vai além do poder de controlar mercados, sendo necessário entender como o poder se manifesta na exclusão social e na discriminação (tanto do ponto de vista estrutural como institucional). Por exemplo, a análise de Patrick Belser, David Francis, Kim Jurgensen e Imraan Valodia (2020) ressalta o papel que a regulação do mercado de trabalho desempenha ao mediar as relações de poder entre empregadores e trabalhadores, e enfatiza a importância do salário mínimo no enfrentamento da desigualdade.

Evidentemente, o poder é produzido e reproduzido na interseção entre raça, classe, gênero (sexualidade) e outros aspectos da identidade. Por isso, é necessária uma abordagem interseccional para compreender a forma como essas diferentes dimensões de poder interagem para reproduzir a desigualdade. Embora o poder sustente todas as relações sociais, às vezes é visto como algo consentido, às vezes é completamente negligenciado, pois frequentemente está oculto atrás de outras relações sociais. De acordo com Edward Webster

(2020), a resistência à concentração do poder surge por meio da formulação de projetos contra-hegemônicos que se entrelaçam com práticas alternativas cotidianas. Ele enfoca as origens e o desenvolvimento de contrapoder no local de trabalho por meio da ascensão de um poderoso movimento trabalhista militante. Sua argumentação identifica quatro dimensões do poder dos trabalhadores – estrutural, associativa, institucional e social – que são centrais para fortalecer a atuação do movimento sindical. Além disso, ele demonstra que numa abordagem centrada no poder é fundamental a compreensão das estruturas econômicas e sociais. Por isso, ele enfatiza a importância da classe social, seja como categoria de análise, seja para o confronto intelectual.

Conclusão

Argumentamos que, embora a desigualdade seja um problema global, não podemos assumir que as forças que impulsionam sua produção e reprodução sejam universais. Devido ao atual panorama geográfico e financeiro da pesquisa acadêmica em geral, os estudos de desigualdade continuam ainda ancorados no Norte, resultando na predominância de um viés dos centros hegemônicos na compreensão das causas e soluções para a desigualdade. Esse enfoque predominante é apresentado, inclusive, como portador de um caráter universal. Não estamos sugerindo que uma abordagem apropriada para o Sul seja desenvolvida de maneira isolada, sem dialogar com estudos do Norte. Em vez disso, devem ser construídas pontes que facilitem o diálogo com o Norte.¹⁰ Nosso argumento é que para reverter esse desequilíbrio crônico e desenvolver uma abordagem inovadora para os estudos de desigualdade no Sul é necessário construir uma abordagem inovadora do ponto de vista conceitual, metodológico e empírico.

Esclarecemos que focar apenas nos mercados de trabalho muitas vezes obscurece o importante papel do poder econômico na definição de trajetórias desiguais. Na verdade, são requeridos estudos compatíveis com uma análise multidimensional. Ademais, convém frisar que a agenda de pesquisa proposta está assentada em quatro princípios: identificar uma abordagem apropriada para o Sul; considerar o contexto histórico; buscar a interdisciplinaridade; e colocar as relações de poder em primeiro plano.

¹⁰ Exemplo de diálogo é oferecido por Ben Selwyn (2017), pesquisador do Norte, com uma análise muito útil da desigualdade global no livro *The struggle for development*. Ele propõe uma alternativa inspirada em experiências em curso no Sul que priorizam um desenvolvimento centrado no trabalho e que mostram como ações coletivas das classes trabalhadoras – sejam moradores de barracos e mineiros na África do Sul, trabalhadores pobres no leste da Ásia e em manufaturas na Índia, ou trabalhadores sem-terra e desempregados na América Latina – podem gerar novos tipos de contestação da desigualdade.

Numa perspectiva histórica, tomando os países mais desenvolvidos do Norte como parâmetro, ganha relevância a conquista de direitos sociais, assegurada pelo Estado de bem-estar, que parecia ter resolvido a “questão social” na década de 1970. Mas, neste momento histórico, tal conquista está sob ameaça,¹¹ e a questão social voltou a ser vista como um fenômeno global (Breman & Linden, 2014). Hoje, a maioria dos países do Sul enfrenta níveis sem precedentes de pobreza e desigualdade – frise-se, sem a rede de segurança do Estado de bem-estar. Nesse contexto, a questão da transformação da sociedade deve ocupar um lugar central em uma abordagem da desigualdade apropriada para o Sul. Em muitos países do Sul – e na África do Sul em particular – a desigualdade não é apenas um problema socioeconômico, mas uma ameaça existencial ao contrato social que sustenta o Estado democrático e a própria sociedade.

Como argumentamos, os estudos interdisciplinares da desigualdade devem ser direcionados tanto para a explicação como para a superação dos problemas diagnosticados. Isso requer que tais estudos estejam enraizados tanto no processo de elaboração de políticas públicas como na vida daqueles que vivenciam a desigualdade. Estudos de desigualdade devem estar informados das experiências dos mais afetados e, ao mesmo tempo, contribuir para evitar que o ciclo vicioso se perpetue. Para alcançar efetivamente esse propósito ambicioso, propomos ancorar os projetos de pesquisa concebidos no Sul em uma série de parcerias estratégicas, que abrangem departamentos governamentais, organizações não governamentais, sindicatos e movimentos sociais de base que estão surgindo em locais de trabalho informal, em assentamentos rurais e em periferias urbanas precárias. Sem dúvida, o cenário e os personagens estão passando por rápida mudança no Sul Global.

21

Referências

Albertyn, C. (2019). (In)equality and the South African Constitution. *Development Southern Africa*, 36(6), 751–766. <https://doi.org/10.1080/0376835X.2019.1660860>

Allais, S. (2017). Towards measuring the economic value of higher education: Lessons from South Africa. *Comparative Education*, 53(1), 147–163. <https://doi.org/10.1080/03050068.2017.1254985>

¹¹ Como Comaroff e Comaroff (2012) expressam claramente no subtítulo provocativo do seu artigo (*Theory from the South: Or, how Euro-America is evolving toward Africa*), muitos problemas sociais verificados no Sul resultantes dos efeitos de forças históricas mundiais, que dão origem a arranjos radicalmente novos na relação entre capital e trabalho, podem ser vistos como prenúncios de arranjos que podem se disseminar em breve no Norte Global. Sobre o assunto, ver também Connell (2007).

Allais, S. (2020). Vocational education and inequalities in transitions from education to work in three African countries. In E. Webster, I. Valodia, & D. Francis (Eds.), *Inequality studies from the Global South* (chapter 8). London: Routledge.

Alvaredo, F., Chancel, L., Piketty, T., Saez, E., & Zucman, G. (2018). *World Inequality Report 2018*. World Inequality Lab, Paris. <https://wir2018.wid.world/files/download/wir2018-full-report-english.pdf>

Anderson, P. (2019). Bolsonaro's Brazil. *London Review of Books (LRB)*, 41(3), 11–22. <https://www.lrb.co.uk/the-paper/v41/n03/perry-anderson/bolsonaro-s-brazil>

Balakrishnan, R. (2020). Global inequality and human rights. In E. Webster, I. Valodia, & D. Francis (Eds.), *Inequality studies from the Global South* (chapter 13). London: Routledge.

Banerjee, P. (2015, November 6). Theory matters. Lecture IV: Contemporanising. Lecture presented at the Presidency University, Kolkata, West Bengal, India, 6th November 2015. <https://sites.google.com/site/presiuniv/sociology/theory-matters-prathama-banerjee>

Banerjee, P. (2018, November 6). Theories from the South I: An interview with Prathama Banerjee [by Sohini Chattopadhyay]. *Borderlines*, CSSAAME. <https://www.borderlines-cssaame.org/posts/2018/11/6/theories-from-the-south-i-an-interview-with-prathama-banerjee>

Barbosa, A. de F., Cacciamali, M. C., & Rodgers, G. (2020). Inegalitarian growth: India and Brazil compared. In E. Webster, I. Valodia, & D. Francis (Eds.), *Inequality studies from the Global South* (chapter 6). London: Routledge.

Belser, P., Francis, D., Jurgensen, K., & Valodia, I. (2020). Minimum wages: Tackling labour market inequality. In E. Webster, I. Valodia, & D. Francis (Eds.), *Inequality studies from the Global South* (chapter 11). London: Routledge.

Bhorat, H., Cassim, A., & Tseng, D. (2016). Higher education, employment, and economics growth: Exploring the interactions. *Development Southern Africa*, 33(3), 312–327. <https://doi.org/10.1080/0376835X.2016.1161501>

Bourdieu, P. (1977). *Outline of a theory of practice*. [Cambridge Studies in Social and Cultural Anthropology, vol. 16]. Cambridge: Cambridge University Press.

Breman, J., & Linden, M. van der (2014). Informalizing the economy: The return of the social question at a global level. *Development and Change*, 45(5), 920–940. <https://doi.org/10.1111/dech.12115>

Britwum, A., & Scully, B. (2020). Social reproduction at end moments: Land, class formation and rural economies in Ghana and South Africa. In E. Webster, I. Valodia, & D. Francis (Eds.), *Inequality studies from the Global South* (chapter 10). London: Routledge.

Burawoy, M. (2010). Southern windmill: The life and work of Edward Webster. *Transformation: Critical Perspectives on Southern Africa*, (72/73), 1–25. <https://doi.org/10.1353/trn.0.0062>

Casale, D. (2003). *The rise in female labour force participation in South Africa: An analysis of household survey data, 1995-2001*. [PhD thesis, University of Natal, Durban]. Research Space. <https://researchspace.ukzn.ac.za/handle/10413/5089>

Casale, D. (2004). What has the feminisation of the labour market “bought” women in South Africa? Trends in labour force participation, employment and earnings, 1995–2001. *Journal of Interdisciplinary Economics*, 15(3-4), 251–275. <https://doi.org/10.1177/02601079X04001500302>

Casale, D., & Posel, D. (2002). The continued feminisation of the labour force in South Africa: An analysis of recent data and trends. *South African Journal of Economics*, 70(1), 156–184. <https://doi.org/10.1111/j.1813-6982.2002.tb00042.x>

Claassens, A. (2019). Equal citizenship and property rights in South Africa’s former homelands: Land, class and rural economies. [Paper presented at the Southern Centre for Inequality Studies Symposium: Understanding Inequality in the Global South, 10-11 April 2019], University of the Witwatersrand, Johannesburg.

Collyer, F., Connell, R., Maia, J., & Morrell, R. (2019). *Knowledge and global power: Making new sciences in the South*. Clayton, Australia: Monash University Publishing.

Comaroff, J., & Comaroff, J. L. (2012). Theory from the South or, how Euro-America is evolving toward Africa. *Anthropological Forum*, 22(2), 113–131. <https://doi.org/10.1080/00664677.2012.694169>

Connell, R. (2007). The Northern theory of globalization. *Sociological Theory*, 25(4), 368–385. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9558.2007.00314.x>

Delius, P. (2019, April 25). Why the ANC is bent on conferring colonial and apartheid-era rights on rural chiefs. *The Daily Maverick*. <https://www.dailymaverick.co.za/article/2019-04-25-why-the-anc-is-bent-on-conferring-colonial-and-apartheid-era-rights-on-rural-chiefs>

Finn, A. (2015). A national minimum wage in the context of the South African labour market. [SALDRU Working Paper, n. 153], Southern Africa Labour and Development Research Unit. http://www.opensaldru.uct.ac.za/bitstream/handle/11090/786/2015_153_Saldruwp.pdf?sequence=1

Fintel, D. von, & Orthofer, A. (2020). Wealth inequality and financial inclusion: Evidence from South African tax and survey records. *Economic Modelling*, 91(September), 568–578. <https://doi.org/10.1016/j.econmod.2020.02.001>

Francis, D., & Webster, E. (2019). Poverty and inequality in South Africa: Critical reflections. *Development Southern Africa*, 36(6), 788–802. <https://doi.org/10.1080/0376835X.2019.1666703>

Frank, A. G. (1966). The development of underdevelopment. *Monthly Review*, 18(4), 17–31. https://doi.org/10.14452/MR-018-04-1966-08_3

Fraser, N., & Honneth, A. (2003). *Redistribution or recognition? A political–philosophical exchange*. London; New York: Verso Books.

Galbraith, J. K., & Choi, J. (2020). Inequality under globalization: State of knowledge and implications for economics. In E. Webster, I. Valodia, & D. Francis (Eds.), *Inequality studies from the Global South* (chapter 3). London: Routledge.

Gallas, A., Herr, H., Hoffer, F., & Scherrer, C. (Ed.) (2016). *Combating inequality: The global North and South*. New York: Routledge.

Gibbs, T. (2014). *Mandela's kinsmen: Nationalist elites and apartheid's first Bantustan*. Oxford: James Currey.

Goga, S., Mondliwa, P., & Roberts, S. (2020). Economic power and regulation: The political economy of metals, machinery and equipment industries in South Africa. In E. Webster, I. Valodia, & D. Francis (Eds.), *Inequality studies from the Global South* (chapter 5). London: Routledge.

Hundenborn, J., Leibbrandt, M., & Woolard, I. (2018). Drivers of inequality in South Africa. [WIDER Working Paper, n. 2018/162], United Nations University, World Institute for Development Economics Research, Cape Town, South Africa.
<https://www.wider.unu.edu/sites/default/files/Publications/Working-paper/PDF/wp2018-162.pdf>

Johnstone, F. (1970). White prosperity and white supremacy in South Africa today. *African Affairs*, 69(275), 124–140. <https://doi.org/10.1093/oxfordjournals.afraf.a095990>

Kassa, H. (2020). The crisis of social reproduction in petty commodity production and large-scale mining: A Southern perspective on gender inequality. In E. Webster, I. Valodia, & D. Francis (Eds.), *Inequality studies from the Global South* (chapter 7). London: Routledge.

Keim, W. (2017). *Universally comprehensible, arrogantly local: South African labour studies from the apartheid era into the new millennium*. Paris: Éditions des Archives Contemporaines.

Langa P., Wangenge-Ouma G., Jungblut J., & Cloete N. (2017). Africa: South Africa and the illusion of free higher education. In G. Mihut, P. G. Altbach, & H. de Wit (Eds.), *Understanding global higher education: Insights from key global publications* (pp. 61–66). Rotterdam: Sense Publishers.

Leibbrandt, M., Finn, A., & Woolard, I. (2012). Describing and decomposing post-apartheid income inequality in South Africa. *Development Southern Africa*, 29(1), 19–34.
<https://doi.org/10.1080/0376835X.2012.645639>

Lewis, D. (1973). Anthropology and colonialism. *Current Anthropology*, 15(5), 581–602.
<https://doi.org/10.1086/201393>

Lipton, M. (1986). *Capitalism and apartheid: South Africa, 1910-1986*. Aldershot, UK: Wildwood House.

Lund, F. (2010). Hierarchies of care work in South Africa: Nurses, social workers and home-based care workers. *International Labour Review*, 149(4), 495–509.
<https://doi.org/10.1111/j.1564-913X.2010.00100.x>

Mamdani, M. (1996). *Citizen and subject: Contemporary Africa and the legacy of late colonialism*. London: James Currey.

Menon, D. (2020). Is hierarchy the same as inequality? In E. Webster, I. Valodia, & D. Francis (Eds.), *Inequality studies from the Global South* (chapter 2). London: Routledge.

Mohanty, M. (2018). Inequality from the perspective of the global South. In M. Juergensmeyer, S. Sassen, M. B. Steger, & V. Faessel (Eds.), *The Oxford handbook of global studies*. Oxford: Oxford University Press.

<https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780190630577.013.42>

Ntsebeza, L. (2005). Rural governance and citizenship in post-1994 South Africa: Democracy compromised? In J. Daniel, R. Southall, & J. Lutchman (Eds.), *The state of the nation: South Africa 2004-2005* (pp. 58-85). Cape Town: Human Sciences Research Council.

Padayachee, V. (2020). A survey of trends in macroeconomic policy and development in the global South: from World War II to the global financial crisis and beyond. In E. Webster, I. Valodia, & D. Francis (Eds.), *Inequality studies from the Global South* (chapter 4). London: Routledge.

Piketty, T. (2014). *Capital in the twenty-first century*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Posel, D. (2014). Gender inequality. In H. Bhorat, A. Hirsch, R. Kanbur, & M. Ncube (Eds.), *The Oxford companion to the Economics of South Africa* (chapter 39). Oxford: Oxford University Press.

Rehbein, B. (2018). Social classes, habitus and sociocultures in South Africa. *Transcience*, 9(1), 1–19. https://www2.hu-berlin.de/transcience/Vol9_No1_1_19.pdf

25

Rubin, M., Samson, M., Açougueiro, S., Joffe, A., Merlo, S., Smith, L., & Wafer, A. (2020). Investigating infrastructures of urban inequality. In E. Webster, I. Valodia, & D. Francis (Eds.), *Inequality studies from the Global South* (chapter 9). London: Routledge.

Selwyn, B. (2017). *The struggle for development*. Cambridge, UK; Malden, MA: Polity Press.

Sen, A. (1993). Capability and well-being. In M. Nussbaum & A. Sen (Eds.), *The quality of life* (chapter 2). Oxford: Oxford University Press.

Souza, J. (2019, March 26). Developing a Southern approach to inequality. [Interviewed by Edward Webster], Berlin.

Standing, G. (2014). *The precariat: The new dangerous class* (revised edition). London: Bloomsbury.

Terreblanche, S. J. (2002). *A history of inequality in South Africa, 1652–2002*. Pietermaritzburg: University of Natal Press.

Therborn, G. (2013). *The killing fields of inequality*. Cambridge: Polity Press.

Truth and Reconciliation Commission (1998). *Truth and Reconciliation Commission of South Africa Report* (volume four).

<https://www.justice.gov.za/trc/report/finalreport/Volume%204.pdf>

Valodia, I., & Francis, D. (2016, November 28). How the search for a national minimum wage laid bare South Africa's faultlines. *The Conversation*. Economy + Business. <https://theconversation.com/how-the-search-for-a-national-minimum-wage-laid-bare-south-africasfaultlines-69382>

Von Holdt, K. (2003). *Transition from below: Forging trade unionism and workplace change in South Africa*. Pietermaritzburg: University of Natal Press.

Webster, E. (2014). Building a Sociology for the Global South: Assessing a South-South research network. In W. Keim, E. Celik, & V. Woher (Eds.), *Global knowledge production in the Social Sciences: Made in circulation* (pp. 153-170). Farnham, UK: Ashgate.

Webster, E. (2020). Building counter power in the workplace: South Africa's inequality paradox. In Webster, E., Valodia, I., & Francis, D. (Eds.), *Inequality studies from the Global South* (chapter 12). London: Routledge.

Webster, E., Valodia, I., & Francis, D. (Eds.) (2020). *Inequality studies from the Global South*. London: Routledge.

Wilkinson, R. G., & Pickett, K. (2009). *The spirit level: Why more equal societies almost always do better*. London: Allen Lane.

Wilson, F., & Ramphela, M. (1994). *Uprooting poverty: The South African challenge*. Cape Town: David Philip.

World Bank (2018). *Overcoming poverty and inequality in South Africa: An assessment of drivers, constraints, and opportunities*. IBRD, World Bank Group, Washington, DC. <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/29614>

World Bank (2019). World Bank Development Indicators. <http://datatopics.worldbank.org/world-development-indicators>

Recebido em 27 de setembro de 2020.

Aprovado em 19 de novembro de 2020.